

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 01/2017

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP – CAMPUS PORTO GRANDE, através do seu Diretor Geral, com sede na Rodovia BR 210, Km 103, s/n, Zona Rural, CEP 68.997-000, na cidade de Porto Grande/AP, inscrito no CNPJ sob o nº 010.820.882/006-08, neste ato representado pelo Diretor Geral Oséias Soares Ferreira, nomeada pela Portaria 1.487 de 31 de outubro de 2016, publicado no DOU de 01 de novembro de 2017, inscrita no CPF nº 072.380.926-70, portador da Carteira de Identidade nº 13352309/SSP/MG, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, EDITAL Nº 02/2017, publicada no 26 de junho de 2017, processo administrativo n.º 23228.000188/2017-83, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

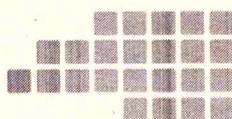
1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Bandeiras, especificado no item 3 do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 02/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>IMPÉRIO INDÚSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS EIRELI - ME</i>				
X	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total
1	Bandeira oficial do Município de Macapá - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros	UND	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00
2	Bandeira oficial do Município de Macapá - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros	UND	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00
3	Bandeira oficial do Município de Porto Grande - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros	UND	1	R\$ 85,00	R\$ 85,00
4	Bandeira oficial do Município de Porto Grande - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros	UND	1	R\$ 84,00	R\$ 84,00
5	Bandeira oficial do Município de Oiapoque - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros	UND	1	R\$ 82,00	R\$ 82,00
6	Bandeira oficial do Município de Oiapoque - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros	UND	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
7	Bandeira oficial do Estado do Amapá, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x	UND	3	R\$ 99,00	R\$ 297,00



	1,60 metros.				
8	Bandeira oficial do Estado do Amapá, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros	UND	3	R\$ 99,00	R\$ 297,00
9	Bandeira oficial do Brasil, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros	UND	3	R\$ 85,00	R\$ 255,00
10	Bandeira oficial do Brasil, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros.	UND	3	R\$ 140,00	R\$ 420,00
11	Bandeira institucional do Instituto Federal do Amapá, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros.	UND	3	R\$ 140,00	R\$ 420,00
12	Bandeira institucional do Instituto Federal do Amapá, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros.	UND	3	R\$ 140,00	R\$ 420,00
Valor Total					R\$ 2.650,00

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	01	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Município de Macapá - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS MACAPÁ			1

ITEM Nº	02	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Município de Macapá - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS MACAPÁ			1

ITEM Nº	03	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Município de Porto Grande - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS PORTO GRANDE			1

ITEM Nº	04	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Município de Porto Grande - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS PORTO GRANDE			1

ITEM Nº	05	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Município de Oiapoque - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS OIAPOQUE			1

Fls. 186
31 07 17
S

ITEM Nº	06	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Município de Oiapoque - AP, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS OIAPOQUE			1

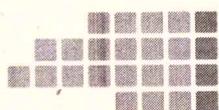
ITEM Nº	07	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Estado do Amapá, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS PORTO GRANDE			1
CAMPUS OIAPOQUE			1
CAMPUS MACAPÁ			1

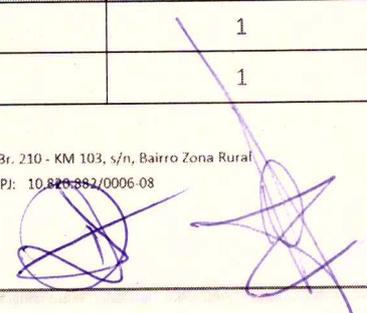
ITEM Nº	08	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Estado do Amapá, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS PORTO GRANDE			1
CAMPUS OIAPOQUE			1
CAMPUS MACAPÁ			1

ITEM Nº	09	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Brasil, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS PORTO GRANDE			1
CAMPUS OIAPOQUE			1
CAMPUS MACAPÁ			1

ITEM Nº	10	DESCRIÇÃO:	Bandeira oficial do Brasil, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS PORTO GRANDE			1
CAMPUS OIAPOQUE			1
CAMPUS MACAPÁ			1

ITEM Nº	11	DESCRIÇÃO:	Bandeira institucional do Instituto Federal do Amapá, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,12 x 1,60 metros.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS PORTO GRANDE			1
CAMPUS OIAPOQUE			1





CAMPUS MACAPÁ			1
ITEM Nº	12	DESCRIÇÃO:	Bandeira institucional do Instituto Federal do Amapá, em tecido 100% poliéster, no tamanho aproximado de 1,35 x 1,93 metros.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES			QUANTIDADE DEMANDADA
CAMPUS PORTO GRANDE			1
CAMPUS OIAPOQUE			1
CAMPUS MACAPÁ			1

3.2. Com fulcro no §4º, do art. 22, do Decreto nº 7892/2013, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. DO CONTRATO E DA NOTA DE EMPENHO

5.1. O fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência desta Ata, para assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, seus anexos e nesta ATA.

5.2. O prazo para assinatura do contrato, e consequente retirada da nota de empenho, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo IFAP.

5.3. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante/fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

5.4. Na ocorrência de recusa injustificada do fornecedor beneficiário em assinar o contrato e/ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, serão aplicadas as mesmas sanções previstas para os casos de inexecução total do contrato.

6. DA ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

6.1. As quantidades aqui registradas são para atender a demanda de um período menor ou igual a 12 (doze) meses, conforme necessidade do Órgão.

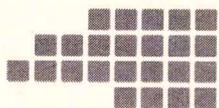
6.2. A solicitação de entrega do material poderá ser em parcelas, e deverá ser conforme prazos, quantidades, locais e horários especificados no presente Termo de Referência, Edital e anexos.

6.3. A entrega deverá ser efetuada no prazo de 15 dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho e/ou da Ordem de Fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência ANEXO ao Edital, nas quantidades solicitadas, nos locais e horários especificados, dentro dos prazos estipulados e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e no Termo de Referência, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

6.4. O prazo para entrega, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo IFAP.

7. DOS LOCAIS DE ENTREGA

7.1. Considerando a(s) Unidade(s) Demandante(s), os materiais e suas respectivas quantidades deverão ser entregues nos endereços abaixo conforme estabelecido:



 Campus Agrícola de Porto Grande: Rod. Br. 210 - KM 103, s/n, Bairro Zona Rural
 CEP: 68.997-000 / Porto Grande - CNPJ: 10.820.882/0006-08
 (96) 99165-9884
 dirgeral.porto@ifap.edu.br

UNIDADE ADMINISTRATIVA DEMANDANTE	ENDEREÇO DE ENTREGA
CAMPUS OIAPOQUE	Rua Joaquim Caetano da Silva, nº 460 – Bairro Centro, Oiapoque/AP, CEP: 68.980-000
CAMPUS MACAPÁ	Rodovia BR 210, Km 03, S/N – Bairro Brasil Novo – Macapá/AP, CEP: 68.909-398, na Seção de Almojarifado do Campus Macapá
CAMPUS PORTO GRANDE	Rodovia BR 156, s/n, Bairro: Centro, Porto Grande/AP, CEP: 68.997-000

7.2. A entrega deverá ser feita diretamente aos locais supracitados, no horário das 08h30min às 11 h e das 14 h às 17 h, de segunda a sexta-feira;

7.3. Os materiais deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, observando o critério de sustentabilidade conforme disposto no Termo de Referência.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à administração e das cabíveis cominações legais.

8.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sendo que as previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

8.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

8.2.2. Multa:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 20 (vinte) dias úteis de atraso na entrega dos bens ou dos serviços caracterizando inexecução parcial;

b) Multa no valor de 15% (cinco por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato.

8.2.3. Suspensão temporária de participar de licitação e/ou contratação promovida pela contratante por prazo não superior a dois anos;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem;

8.2.5. Os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.3. Conforme o disposto na Lei 10.520, de 17/07/2002 e no decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar no fornecimento do material, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste

edital e das demais cominações legais.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente a Lei 9.784/99.

8.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9. REVISÃO E CANCELAMENTO

9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

9.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.3.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

9.3.3. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

9.3.4. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.5. O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.5.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.5.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

9.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

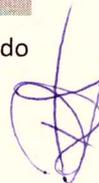
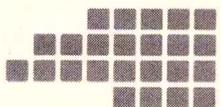
9.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.7.1. Por razão de interesse público; ou

9.7.2. A pedido do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do



objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.3. ***A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.***

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

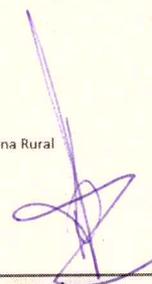
Porto Grande-AP, 31 de julho de 2017.

OSÉIAS SOARES FERREIRA

Diretor Geral do *Campus* Porto Grande
Portaria nº 1.487/2016/GR/IFAP

ROSANA MIRANDA RODRIGUES

Representante da Empresa Legal da Empresa
CPF: 617.224.801-49



EM BRANCO